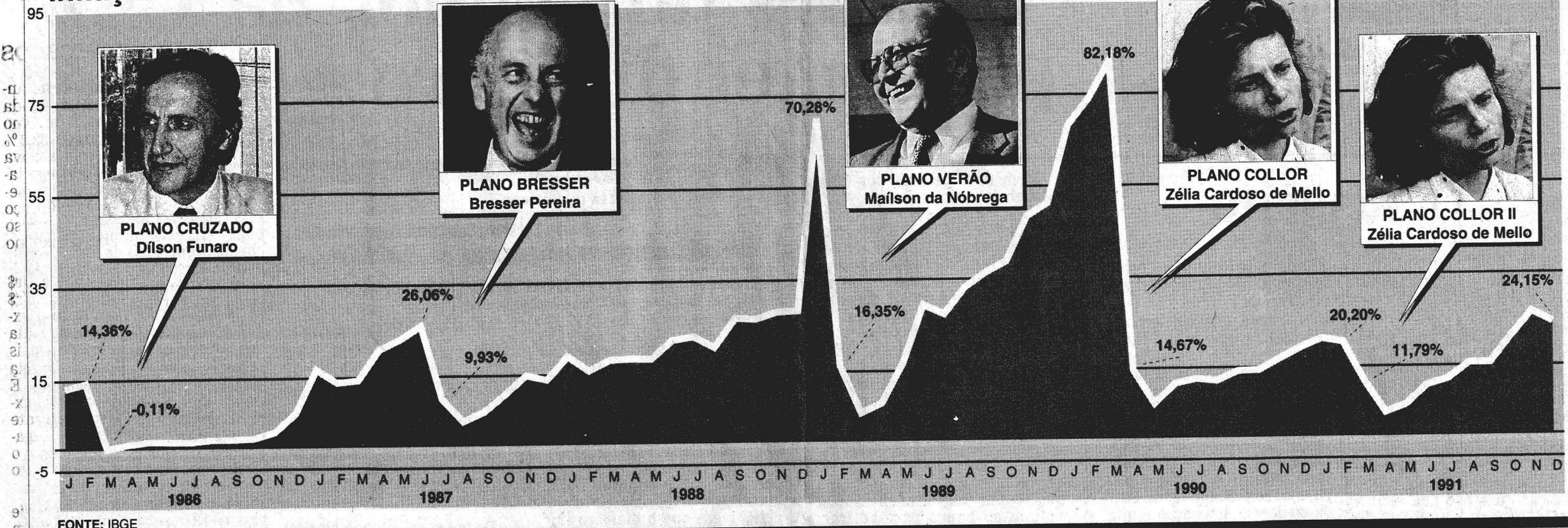


Inflação x Pacotes



Um ano após o Collor II, pacotes saem de cena

LÉA CRISTINA

Será que o Brasil pode voltar a ter taxas de inflação aceitáveis, sem um novo choque econômico? A maioria dos empresários e economistas ouvidos pelo GLOBO acha que sim, neste aniversário de um ano da edição do Plano Collor II, no próximo dia 1. Na passagem da data, o Governo abraçou a política ortodoxa e faz sua reforma ministerial em busca de apoio para um ajuste fiscal que exigirá mudanças constitucionais. Já os empresários comemoram o fato de que, pela primeira vez desde o Plano Cruzado, os choques parecem estar fora de moda. Pelo menos a curto prazo.

Afinal, é bom lembrar que, desde 1986, os brasileiros conviveram com três moedas diferentes, enfrentaram cinco congelamentos de preços e assistiram a um sem-número de mudanças nas regras de correção dos salários e da poupança. Apenas no governo Sarney, foram editados três planos econômicos: Cruzado (1986), Bresser (87) e Verão (89).

O mais contundente, porém, foi o Plano Collor, que bloqueou todos os depósitos em cruzados novos, liberando apenas NCZ\$ 50 mil por correntista. Já no Plano Collor II (1991), o Governo desindexou a economia, extinguindo o BTN e o *overnight*. Todos os choques, no entanto, esbarraram numa inflação persistente, que voltava a crescer após alguns meses de adaptação às novas regras econômicas.

O problema é que não há exemplo histórico de inflação acima de 20% que tenha caído através de política ortodoxa. O mais parecido é o do México, em que a inflação chegou a bater os 15% ao mês e hoje está em torno de 3%, cita o economista da PUC/RJ Winston Fritsch, para quem dezembro poderá chegar com taxas entre 15 e 20% e, em 1993, a situação poderá melhorar, caso o Governo execute, desde já, um ajuste fiscal profundo. Sem o ajuste, um novo choque seria a única forma de conter a inflação, acentua Fritsch, um adepto da heterodoxia, linha da economia que defende a existência de regras para preços e salários.

Uma segunda rodada de ajuste

fiscal também é a receita do ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni, que também cita o México — ou melhor, sua reforma fiscal — como exemplo. Mas Langoni, um ortodoxo convicto, está mais otimista. Ressaltando que um ano sem pacote é motivo de comemoração, ele deixou de pensar que a equipe do ministro Marcílio Marques Moreira deveria usar a prefixação de preços como instrumento auxiliar às políticas monetária e fiscal em curso. Quem não concorda com a tese é um heterodoxo convicto, o diretor do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, Aloísio Teixeira:

— A economia brasileira não comporta um novo choque tão cedo. Mas esta política de recessão traça um quadro difícil de se conviver por muito tempo: é preciso estabelecer uma política de rendas negociada — diz ele.

Ao Plano Collor II resta o mérito de ter acabado com a febre pelo giro diário de títulos públicos, através do *overnight*. Segundo empresários e economistas, a maioria das medidas revelaram-se equivocadas (como a desindexação dos impostos) ou não renderam frutos mais duradouros (em três meses, a inflação tinha voltado à casa dos dois dígitos). O que é apontado como o grande mérito do Governo na área econômica, em 1991, foi justamente a troca de equipe. E com isso, de mentalidade:

— O que ajudou a economia no ano passado foi a mudança no ministério, que passou a funcionar a partir de atitudes mais moderadas, ponderadas — acredita o presidente da Aracruz Celulose, Erling Lorentzen.

Cada vez que havia um choque, as empresas levavam de três a seis meses para se recuperarem. O medo de um choque, sentido por todos, gerava influência negativa. Não posso ter certeza de que não haverá um novo choque, mas pelo menos os preços pararam de subir de forma defensiva — analisa o presidente da Formiplac, Ricardo Degenszen.

O diretor-superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ernirio de Moraes, chegou a prever um choque de 2 mil volts em outubro do ano passado. Mas hoje não tem dúvidas:

— A era dos pacotes passou.